



AZ@BXL

Número: 211 Data: 2022.01.28

No título: *Serra do Morião, Ilha Terceira, Açores.*

Fotografia de: Tiago Rodrigues

Destaques:

[COVID-19: Conselho adota nova recomendação sobre medidas relativas às viagens na UE](#)

[Declaração sobre direitos e princípios digitais para todos na UE](#)

[Comité das Regiões e Comissão Europeia unem forças para ajudar as regiões a beneficiarem plenamente de 500 mil milhões de euros de investimentos na coesão](#)

[Novas Orientações relativas a auxílios estatais ao clima, à proteção ambiental e à energia](#)

[Parlamento Europeu assinala Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto](#)

[O futuro da Europa: europeus consideram as alterações climáticas o grande desafio da UE](#)



VAI ACONTECER

31 de janeiro



Conferência sobre os Ciclos de Carbono Sustentáveis (*Carbon Farming*)

A Comissão Europeia irá [promover](#) uma conferência em formato virtual sobre os Ciclos de Carbono Sustentáveis, na sequência da publicação, em dezembro último, da Comunicação sobre a temática. A conferência reunirá decisores e peritos de diferentes origens para partilhar experiências tendo em vista a próxima iniciativa regulamentar da UE sobre a certificação das remoções de carbono, que ocorrerá no último trimestre de 2022. Todas as informações, tal como o registo, estão acessíveis [aqui](#).



Workshop das Partes Interessadas do Centro de Especialização em Transição Energética

O primeiro [workshop](#) das partes interessadas do Centro de Especialização em Transição Energética (EntEC) é organizado conjuntamente pela Comissão Europeia e pelo Instituto Fraunhofer para Pesquisa de Sistemas e Inovação ISI. Tem como objetivo informar as partes interessadas sobre o projeto EntEC e apresentar os 2 primeiros estudos aprofundados: Habilitando a Transição Energética – Como as opções digitais flexíveis podem suportar e o papel da importação e armazenamento do H2 renovável para ampliar a implantação de H2 na eu. O EntEC foi criado para responder aos desafios da transição para as energias limpas e cumprir as ambiciosas metas do Pacto Ecológico Europeu. O Instituto Fraunhofer ISI apresentará o projeto. Os parceiros do EntEC McKinsey e Trinomics apresentarão os estudos. Seguidamente haverá a oportunidade de discutir os resultados do estudo.

1 e 2 de fevereiro



Jornadas informativas respeitantes à política de promoção de produtos agrícolas da União Europeia - 2022

Este ano haverá dois dias dedicados à prestação de esclarecimentos. O primeiro dia será dedicado aos aspetos políticos. Os oradores da Comissão Europeia debaterão a política de promoção tendo em vista o apoio à transição para um sistema alimentar europeu mais sustentável, e a sua ligação com a Estratégia "Do Prado ao Prato". A revisão política em curso será um ponto de discussão, assim como as prioridades do Programa de Trabalho Anual de 2022 e os convites à apresentação de propostas.

O segundo dia centrar-se-á no desenvolvimento de campanhas bem-sucedidas. As apresentações do dia destacarão vários aspetos desafiantes, tais como a abordagem da sustentabilidade nas propostas do programa de 2022 e o alinhamento das propostas com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, da Estratégia do Prado ao Prato, do Plano Europeu de Combate ao Cancro e das diretrizes dietéticas dos Estados-Membros. As apresentações centrar-se-ão também em como estabelecer uma boa estratégia de campanha e como desenvolver com sucesso campanhas de comunicação sobre produção e consumo sustentáveis na UE. Todas as informações, como inscrições [aqui](#).

2 de fevereiro



Horizonte Europa - Comissão Europeia abre concurso destinado a peritos no âmbito da implementação das missões da UE

No âmbito do programa Horizonte Europa (principal programa de financiamento da UE para a investigação e inovação), a Comissão Europeia [abriu](#) um concurso destinado a peritos para se juntarem aos cinco conselhos de missão que irão assessorar em relação à implementação das missões da UE. As missões visam fornecer soluções para os principais desafios globais até 2030: Adaptação às alterações climáticas; Cancro; Restauração dos oceanos e águas; Cidades neutras e inteligentes em termos de clima; Acordo sobre o solo para a Europa. Cada Conselho será composto por um máximo de 15 peritos independentes de alto nível com formações diversas, incluindo empresas, administração pública, ciência, cultura, envolvimento cívico e organizações da sociedade civil, de toda a Europa e não só. O convite à apresentação de candidaturas para integrar os cinco conselhos de missão está aberto até 2 de fevereiro de 2022, 17:00 CET.



Garantir a igualdade de acesso a todos: o cancro nas mulheres – o plano europeu de combate ao cancro

A comissária europeia Stella Kyriakides irá [organizar](#) um evento híbrido intitulado “Garantir a igualdade de acesso a todos: Cancro nas Mulheres – Plano de Combate ao Cancro na Europa” a 2 de fevereiro de 2022 para aumentar a consciencialização sobre o cancro nas mulheres e anunciar as últimas ações no âmbito do Plano de Combate ao Cancro da UE. O evento contará com depoimentos pessoais de mulheres afetadas pela doença, um painel de discussão de especialistas sobre como garantir o acesso a medidas preventivas, deteção precoce, tratamentos e cuidados para todos, bem como *insights* sobre as respostas políticas para

atender às necessidades futuras. A participação física não é mais possível, no entanto, os cidadãos são convidados a participar no evento e ouvir os últimos desenvolvimentos sobre o Plano de Combate ao Cancro da Europa de líderes políticos, representantes de organizações europeias de cancro e especialistas. O evento será em inglês e não é necessária inscrição prévia.

2 e 3 de fevereiro



Reunião da COMAGRI

Nas reuniões da Comissão da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu será apresentada pela Comissão Europeia a Comunicação sobre os [Ciclos do Carbono Sustentáveis](#), e nova [Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030](#). Será também apresentado o [plano de contingência para garantir o abastecimento alimentar e a segurança alimentar em tempos de crise](#), e debatido o projeto de relatório de iniciativa do Parlamento Europeu sobre um plano de ação da UE para a agricultura biológica, e as suas [propostas de alteração](#).

13 de fevereiro



Prémio Europeu Carlos Magno para a juventude 2022

Quem tiver entre 16 e 30 anos e um projeto de dimensão europeia, poderá candidatar-se ao [Prémio Europeu Carlos Magno para a Juventude 2022](#). O Parlamento Europeu e a Fundação Internacional do Prémio Carlos Magno de Aachen entregam, anualmente, o Prémio Carlos Magno para a Juventude a projetos de jovens europeus que possuam uma dimensão europeia significativa.

Os três projetos vencedores serão escolhidos a partir de uma seleção de 27 projetos nomeados por júris nacionais de cada Estado-Membro da União Europeia (UE). 7,5 mil euros serão atribuídos ao vencedor, o segundo prémio é de 5 mil euros e o terceiro prémio tem o valor de 2,5 mil euros. Se a situação o permitir, os representantes dos 27 projetos nacionais vencedores serão convidados a participar presencialmente numa cerimónia de entrega de prémios a 24 de maio de 2022.

As [candidaturas para a edição de 2022](#) encontram-se abertas até 13 de fevereiro de 2022 (às 22h59 na hora de Lisboa).

3 e 4 de março



Cimeira Europeia das Regiões e Cidades

A [Cimeira Europeia das Regiões e Cidades](#) é um encontro de representantes eleitos locais organizado de dois em dois anos pelo Comité Europeu das Regiões para discutir os principais desafios que se colocam à União Europeia.

Este ano, a Cimeira visa aumentar o impacto e o alcance da Conferência sobre o Futuro da Europa. As vozes das regiões e das cidades devem ser ouvidas, pois dão um contributo essencial para o projeto europeu e desempenham um papel crucial no posicionamento dos cidadãos no coração da Europa. Registo [aqui](#).

7 de março



Período de consulta pública: Rotulagem dos alimentos

Como parte da sua Estratégia "Do Prado ao Prato" e do Plano Europeu contra o Cancro, a Comissão Europeia [abriu](#) um período de consulta pública (com questionário) sobre a revisão da legislação relativa à informação alimentar aos consumidores. O objetivo é reformular a legislação da UE e apresentar, até ao final de 2022, uma proposta legislativa ao Parlamento Europeu e aos Estados-Membros. As quatro áreas abrangidas pela revisão são: introduzir uma rotulagem nutricional obrigatória normalizada na frente da embalagem; alargar a informação obrigatória sobre a origem ou proveniência de certos produtos; rever as regras relativas à indicação das datas («consumir até» e «consumir de preferência antes de»); perfil nutricional.

13 de março



Auxílios estatais: Comissão Europeia convida à apresentação de comentários sobre a proposta de revisão das regras da UE aplicáveis aos setores agrícola, florestal e das pescas

A Comissão Europeia [convida todas as partes interessadas](#) a comentar a proposta de revisão das regras de auxílios estatais para os setores da agricultura, silvicultura e pescas. O objetivo da revisão proposta é alinhar as regras atuais com as prioridades estratégicas da UE, em particular a Política Agrícola Comum (PAC), a Política Comum das Pescas (PCP), bem como com o Pacto Ecológico Europeu.

A consulta abrange as propostas de revisão dos vários conjuntos de regras em matéria de auxílios estatais aplicáveis aos setores agrícola, florestal e das pescas, nomeadamente as [orientações de 2014 relativas aos auxílios estatais nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais](#), o [regulamento de isenção por categoria no setor agrícola](#) (RIC do setor agrícola), as [orientações para o exame dos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura](#), o [regulamento de isenção por categoria no setor das pescas](#) (RIC do setor das pescas) e o [regulamento relativo aos auxílios de minimis no setor das pescas](#). Os Estados-Membros e outras partes interessadas podem responder à consulta até o dia 13 de março de 2022.

15 de março



Fórum sobre o Futuro da Agricultura 2022

A edição de 2022 da conferência anual "Fórum sobre o Futuro da Agricultura" terá lugar este ano a 15 de março (das 9 às 17h CET), e deverá ser um evento híbrido (poderá ser acompanhado remotamente ou presencialmente em Bruxelas). O [período de inscrição](#) já foi aberto.

21 de abril



Aberto período de apresentação das candidaturas à promoção de produtos agroalimentares da União Europeia - campanha de 2022

Encontra-se aberto até o dia 21 de abril o período de [apresentação das candidaturas](#) à promoção de produtos agroalimentares da União Europeia - campanha de 2022. Para 2022, foi [atribuído](#) um total de 185,9 milhões de euros à promoção de produtos agroalimentares da UE dentro e fora da UE. Tal como em 2021, o [programa de trabalho da política de promoção de 2022](#) centra-se em produtos e práticas agrícolas que apoiam os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, tais como produtos biológicos da UE, fruta e legumes, agricultura sustentável e bem-estar animal. A política de promoção irá cofinanciar campanhas de acordo com as ambições do Pacto Ecológico Europeu, apoiando os objetivos da [Estratégia Do Prado ao Prato](#), o [Plano Europeu de Luta contra o Cancro](#), o [Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica da UE](#) e a [Comunicação da Comissão sobre a iniciativa de cidadania europeia "Acabar com as gaiolas"](#). As campanhas devem informar os consumidores europeus e mundiais sobre a agricultura biológica, agricultura sustentável da UE, e contribuição do setor agroalimentar para a ação climática e ambiental. Dentro da UE, as campanhas também promoverão uma alimentação saudável e dietas equilibradas, aumentando o consumo de fruta e vegetais frescos.



Ambiente

Novas Orientações relativas a auxílios estatais ao clima, à proteção ambiental e à energia

As novas Orientações [proporcionam](#) o quadro para que as autoridades públicas apoiem os objetivos do Pacto Ecológico Europeu de forma eficiente e com um mínimo de distorções da concorrência. Em especial, as novas Orientações alargam as categorias de investimentos e tecnologias que os Estados-Membros podem apoiar para abranger novos domínios (por exemplo, infraestruturas de mobilidade limpa, eficiência dos recursos e biodiversidade) e todas as tecnologias capazes de concretizar o Pacto Ecológico (hidrogénio renovável, armazenamento de eletricidade e resposta à procura, bem como descarbonização dos processos de produção). As regras revistas permitem, de um modo geral, que os montantes de auxílio cubram até 100 % do défice de financiamento, quando o auxílio é concedido na sequência de um concurso competitivo, e introduzem novos instrumentos de auxílio, como os contratos para diferenciais. Aumentam a flexibilidade e simplificação das regras vigentes, introduzindo uma avaliação simplificada das medidas transversais numa única secção das Orientações (a secção relativa aos auxílios à redução e eliminação das emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente através do apoio às energias renováveis e à eficiência energética) e eliminando a obrigação de notificação individual de grandes projetos ecológicos no âmbito de regimes de auxílio previamente aprovados pela Comissão.

São introduzidas salvaguardas, como uma exigência de consulta pública acima de determinados limiares, a fim de assegurar que o auxílio é efetivamente direcionado quando é necessário para melhorar a proteção do clima e do ambiente, se limita ao necessário para alcançar os objetivos ambientais e não distorce indevidamente a concorrência ou a integridade do mercado único. Asseguram a coerência com a legislação e as políticas pertinentes da UE nos domínios do ambiente e da energia, nomeadamente através da eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis.

O futuro da Europa: europeus consideram as alterações climáticas o grande desafio da UE

Com o início de 2022 - Ano europeu da Juventude –, o inquérito [destaca](#) as opiniões dos jovens europeus sobre os desafios que a UE enfrenta e sobre o papel fundamental que desempenham na Conferência sobre o Futuro da Europa. O Eurobarómetro mostra que 91 % dos 15-24 anos acreditam que o combate às alterações climáticas pode ajudar a melhorar a sua saúde e o seu bem-estar, e que 84 % das pessoas com 55 anos ou mais concordam com esta opinião. Quase um em cada dois europeus (49%) considera que as alterações climáticas são o principal desafio global para o futuro da UE, e apoiam maioritariamente os objetivos ambientais do Pacto Ecológico Europeu: 88 % dos europeus pensam que é importante aumentar a parte das energias renováveis na nossa economia e aumentar a eficiência energética, enquanto 80 % concordam com a importância de transformar a Europa no primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050 e de promover o crescimento do mercado dos veículos com baixas e zero emissões. De entre os desafios que a UE enfrenta, os mais mencionados são as desigualdades sociais (36 %), o desemprego (32 %) e as questões da migração (31 %). À semelhança dos desafios globais, as questões ambientais e as alterações climáticas também ocupam um lugar de destaque na lista de desafios com que a UE se defronta, tendo sido mencionados por 32 % dos inquiridos. Os europeus consideram que o respeito pela democracia, pelos direitos humanos e pelo Estado de direito (27 %) é o principal trunfo da UE, seguido do seu poder económico, industrial e comercial (25 %). A paz (49 %), a liberdade de opinião (47 %), a igualdade social e a solidariedade (45 %) e a tolerância e abertura aos outros (44 %) são os valores mais bem representados pela UE — em comparação com outros países, de acordo com os inquiridos.



Coesão Interna

Conferência sobre o Futuro da Europa: recomendações dos cidadãos debatidas em sessão plenária

O Plenário da Conferência fez o [balanço](#) das recomendações formuladas por dois painéis de cidadãos europeus e por painéis de cidadãos nacionais. A 3.ª sessão do Plenário da Conferência fez o balanço das 90 recomendações emitidas pelos painéis sobre «Democracia europeia/valores e direitos, Estado de direito, segurança» e «Alterações climáticas, ambiente/saúde» e das recomendações correlacionadas dos painéis nacionais. Os debates, que incidiram sobre as recomendações dos dois painéis de cidadãos europeus que concluíram as suas recomendações até à data, reuniram (presencialmente e à distância) 200 europeus de diferentes idades e origens, de todos os Estados-Membros, para debater e adotar recomendações sobre os desafios que a Europa enfrenta agora e no futuro. O Painel sobre «Democracia Europeia/Valores e Direitos, Estado de Direito e Segurança» adotou 39 recomendações na sessão final organizada pelo Instituto Universitário Europeu realizada em Florença (Itália), em dezembro. O Painel sobre «Alterações Climáticas, Ambiente/Saúde» foi organizado pelo Colégio da Europa em Natolin e na cidade de Varsóvia (Polónia) em janeiro e finalizou 51 recomendações no âmbito das suas competências.



Comércio

UE recorre à OMC na sequência das restrições comerciais impostas pela China à Lituânia

A UE deu [início](#) a um processo na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a República Popular da China por práticas comerciais discriminatórias contra a Lituânia, que também estão a afetar outras exportações do mercado único da UE. Estas

ações, que parecem ser discriminatórias e ilegais à luz das regras da OMC, estão a prejudicar os exportadores da Lituânia e de outros países da UE, uma vez que visam também produtos com componentes lituanos exportados de outros países da UE. Uma vez que as tentativas para resolver este problema a nível bilateral falharam, a UE deu início a um processo de resolução de litígios contra a China. As consultas da OMC iniciadas constituem o primeiro passo neste processo. Ao longo das últimas semanas, a Comissão Europeia reuniu provas dos vários tipos de restrições chinesas. Estas incluem a recusa de desalfandegamento de mercadorias lituanas, a rejeição de pedidos de importação da Lituânia e a pressão exercida sobre as empresas da UE que operam a partir de outros Estados-Membros da UE para retirarem os insumos lituanos das suas cadeias de abastecimento quando exportam para a China. Para lidar com estes casos no futuro, a Comissão está a reforçar o seu arsenal de medidas autónomas. No mês passado, a Comissão adotou uma [proposta](#) relativa a um instrumento anticooção, que daria à UE mais possibilidades para reagir em caso de coação económica. A proposta encontra-se atualmente em análise pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.



Justiça

Comissão apresenta declaração sobre direitos e princípios digitais para todos na UE

A Comissão [propõe](#) ao Parlamento Europeu e ao Conselho que subscrevam uma [declaração](#) sobre direitos e princípios que deverá orientar a transformação digital na UE. O projeto de declaração sobre direitos e princípios digitais visa dotar todos os cidadãos de um ponto de referência claro sobre o tipo de transformação digital que a Europa promove e defende. Também constituirá um guia para os decisores políticos e as empresas no respeitante a novas tecnologias. Os direitos, as liberdades e os princípios consagrados no quadro jurídico da UE, bem como os valores europeus expressos nos princípios, devem ser respeitados tanto em linha como fora de linha. Uma vez aprovada conjuntamente, a declaração definirá também a abordagem da transformação digital que a UE promoverá em todo o mundo. O projeto de declaração abrange os direitos e princípios fundamentais para a transformação digital, como o facto de dar prioridade às pessoas, apoiar a solidariedade e a inclusão, garantir a liberdade de escolha em linha, promover a participação no espaço público digital, aumentar a segurança e a capacitação das pessoas e promover a sustentabilidade do futuro digital. Estes direitos e princípios devem acompanhar as pessoas na UE na sua vida quotidiana: conectividade digital de alta velocidade e a preços acessíveis em toda a parte para todos, salas de aula bem equipadas e professores com competências digitais, acesso sem descontinuidades a serviços públicos, um ambiente digital seguro para as crianças, desconexão após o horário de trabalho, obtenção de informações fáceis de compreender sobre o impacto ambiental dos nossos produtos digitais, controlo da forma como os seus dados pessoais são utilizados e com quem são partilhados.

A UE deve construir um regime de sanções contra a desinformação

Concluídos 18 meses de inquérito pela Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação (INGE), foram [adotadas](#) as recomendações finais. O público europeu e as autoridades governamentais desconhecem “esmagadoramente” a gravidade da ameaça representada por regimes autocráticos estrangeiros, em particular a Rússia e a China, dizem os eurodeputados no texto. A defesa insuficiente tornou mais fácil para os atores mal-intencionados assumirem a infraestrutura crítica, realizar ataques cibernéticos, recrutar ex-políticos seniores e propagar a polarização no debate público. Esta situação é agravada por lacunas na legislação e pela falta de coordenação entre os países da UE. Para combater as ameaças, os membros do INGE exortam a UE a sensibilizar o público através da formação de pessoas em funções sensíveis e campanhas de informação geral. Além disso, a UE deve reforçar as suas capacidades e criar um regime de sanções contra a desinformação. As regras nas plataformas de comunicação social, que servem como veículos para interferência estrangeira, também precisam ser reforçadas. Além disso, a comissão recomendou: apoiar meios de comunicação social amplamente difundidos, pluralistas e verificadores de factos; fazer com que as plataformas em linha invistam nas competências linguísticas para poderem atuar sobre conteúdos ilegais e nocivos em todas as línguas da UE; tratar a infraestrutura eleitoral digital como crítica; fornecer alternativas de financiamento ao investimento estrangeiro direto chinês usado como ferramenta geopolítica; esclarecer as relações “altamente inadequadas” entre certos partidos políticos europeus e a Rússia; proibição de financiamento estrangeiro de partidos políticos europeus; melhorar urgentemente a segurança cibernética, classificar e registrar software de vigilância como o *Pegasus* como ilegal e proibir o seu uso; e tornar mais difícil para atores estrangeiros recrutar ex-políticos de alto escalão logo após deixarem seus empregos. A comissão aprovou o relatório por 25 votos a favor, oito contra e uma abstenção.



Mobilidade

COVID-19: Conselho adota uma recomendação revista sobre as medidas que afetam a liberdade de circulação, com base na situação individual das pessoas e não na região de origem

O Conselho [adotou](#) uma recomendação sobre uma abordagem coordenada para facilitar a livre circulação segura durante a pandemia de COVID-19. A referida [recomendação](#) responde ao aumento significativo da cobertura vacinal e à rápida

implantação do Certificado Digital COVID da UE e substitui a recomendação já existente. A [recomendação](#) entrará em vigor em 1 de fevereiro de 2022, no mesmo dia que um ato delegado que altera o regulamento relativo ao Certificado Digital COVID-19 e que prevê um prazo de 270 dias para a aceitação dos certificados de vacinação. Nos termos da nova recomendação, as medidas relativas à COVID-19 devem ser aplicadas tendo em conta a situação da pessoa e não a situação a nível regional, com exceção das áreas onde o vírus circule a níveis muito elevados. Significa isso que o fator determinante deve ser a situação de um viajante em termos de vacinação, teste ou recuperação da COVID-19, comprovada por um Certificado Digital COVID da UE. Uma abordagem baseada na pessoa simplificará substancialmente as regras aplicáveis e proporcionará maior clareza e previsibilidade aos viajantes. Os viajantes titulares de um Certificado Digital COVID da UE válido não devem ser sujeitos a restrições adicionais à livre circulação.

Um Certificado Digital COVID da UE válido inclui: um certificado de vacinação para uma vacina aprovada a nível europeu se tiverem decorrido pelo menos 14 dias e não mais de 270 dias desde a última dose da série de vacinação primária ou da administração de uma dose de reforço. Os Estados-Membros podem igualmente aceitar certificados de vacinação para vacinas aprovadas pelas autoridades nacionais ou pela OMS; o resultado negativo de um teste PCR obtido no máximo 72 horas antes da viagem ou de um teste rápido de antígeno obtido no máximo 24 horas antes da viagem; e um certificado de recuperação que indique que não decorreram mais de 180 dias desde a data do primeiro resultado positivo de um teste. As pessoas que não sejam titulares de um Certificado Digital COVID da UE podem ser obrigadas a submeter-se a um teste antes ou, o mais tardar, 24 horas após a chegada. Os viajantes com uma função ou necessidade essencial, os trabalhadores transfronteiriços e as crianças com menos de 12 anos devem ser dispensados deste requisito.



Outras Instituições

Relatório do Tribunal de Contas Europeu sobre o Lançamento da tecnologia 5G na UE

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) [apela](#) a que a UE dê um novo impulso para reforçar o lançamento da tecnologia 5G, a nova norma mundial de comunicações sem fios para as redes móveis. Os Estados-Membros registaram atrasos consideráveis na implantação das suas redes 5G, o que está a pôr em risco a realização dos objetivos da UE em termos de acesso e cobertura. Paralelamente, o TCE afirma que são necessários esforços suplementares para resolver as questões de segurança na implantação da tecnologia 5G de forma coerente e concertada. A implantação da tecnologia 5G é indissociável de questões de segurança. Os fornecedores estabelecidos em países da UE são obrigados a cumprir as normas e os requisitos legais da União, mas seis dos oito maiores fornecedores, como a Huawei (China) e a Samsung (Coreia do Sul), não estão estabelecidos na UE. A legislação de países terceiros pode diferir consideravelmente das normas da União, por exemplo em termos de proteção de dados pessoais. O TCE [manifesta](#) o seu receio com o facto de os utilizadores da UE poderem estar sujeitos a legislação estrangeira quando os centros de controlo estão situados fora da União. A Comissão reagiu rapidamente quando a segurança das redes 5G se tornou uma grande preocupação a nível da UE, tendo adotado o conjunto de instrumentos da UE em matéria de cibersegurança das redes 5G em janeiro de 2020. Contudo, foi demasiado tarde para alguns operadores de redes móveis que já tinham selecionado os seus fornecedores.



Política Externa

Delegação do Parlamento Europeu visita a Ucrânia

Os eurodeputados da Comissão dos Assuntos Externos e da Subcomissão de Segurança e Defesa [deslocar-se-ão](#) à Ucrânia de 30 de janeiro a 2 de fevereiro para recolher informações sobre a atual crise. Durante a visita, os eurodeputados observarão a situação no terreno e demonstrarão a solidariedade do Parlamento Europeu com o povo ucraniano e a sua oposição a quaisquer medidas da Rússia para agravar ainda mais a crise. A visita faz parte dos esforços diplomáticos em larga escala para amenizar a situação e evitar as consequências desastrosas de uma possível guerra na Ucrânia. A delegação do Parlamento Europeu reunir-se-á com o porta-voz da Verkhovna Rada da Ucrânia e solicitou reuniões com o Presidente, o Primeiro-Ministro, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa e o Vice-Primeiro-Ministro para a integração europeia e euro-atlântica. Também manterão conversas com o Secretário do Conselho Nacional de Segurança e Defesa da Ucrânia e membros das Comissões de Relações Externas da Verkhovna Rada, sobre a Integração da Ucrânia na União Europeia e sobre Segurança e Defesa.

UE anuncia uma ajuda humanitária de 175 milhões de euros em favor da África Ocidental e Central

A UE [reafirma](#) a sua solidariedade para com as pessoas vulneráveis nos países da África Ocidental e Central mobilizando, em 2022, um orçamento humanitário de 175 milhões de euros em favor desta região. O financiamento será atribuído a projetos humanitários nos oito países seguintes: Burquina Faso (23,5 milhões de euros), Camarões (16 milhões de euros), República Centro-Africana (17 milhões de euros), Chade (26,5 milhões de euros), Mali (25 milhões de euros), Mauritânia (8,5 milhões de

euros), Níger (24 milhões de euros) e Nigéria (34 milhões de euros). A ajuda humanitária da UE em favor dos países da África Ocidental e Central visa: fornecer uma assistência vital às pessoas afetadas por conflitos e às comunidades que acolhem pessoas que se viram obrigadas a fugir; assegurar a proteção das pessoas vulneráveis e ajudar a fazer respeitar o direito internacional humanitário e os princípios humanitários; apoiar medidas destinadas a fazer face às crises alimentares e à subnutrição aguda grave de crianças com menos de 5 anos; reforçar a resposta imediata em termos de serviços básicos às populações mais vulneráveis, especialmente no que diz respeito aos cuidados de saúde para todos e à educação das crianças vítimas de crises humanitárias; e reforçar a preparação das comunidades frágeis para as crises, tais como deslocamentos em massa de populações e crises alimentares ou climáticas recorrentes. Esta assistência inscreve-se no âmbito mais vasto do apoio prestado pela UE à região, nomeadamente através das contribuições da Equipa Europa para a Resposta Mundial ao Coronavírus, do apoio ao esforço de distribuição de vacinas por intermédio do Mecanismo COVAX e de outras ações que visam prestar um apoio a mais longo prazo para reforçar sistemas de saúde frágeis.

Parceria Estratégica ONU-UE sobre Operações de Paz e Gestão de Crises: Conclusões do Conselho sobre as prioridades para 2022-2024

O Conselho [aprovou](#) conclusões que subscrevem as novas prioridades para o período de 2022-2024 no âmbito da Parceria Estratégica ONU-UE sobre Operações de Paz e Gestão de Crises. O Conselho reitera o firme empenho da UE e dos seus Estados-Membros em defender a ordem mundial multilateral assente em regras articulada em torno das Nações Unidas (ONU), e louva os progressos e reconhece a natureza mutuamente benéfica da cooperação de longa data ONU-UE no domínio da manutenção da paz e da gestão de crises a nível policial, civil e militar. O Conselho congratula-se com o âmbito alargado das prioridades que visam responder de forma mais eficaz à evolução do cenário de ameaças e aos desafios transversais, como as alterações climáticas, as tecnologias disruptivas e a desinformação, e ainda as consequências da pandemia de COVID-19. Além disso, o Conselho congratula-se com a inclusão das crianças e dos conflitos armados enquanto prioridade transversal, com a crescente atenção dada à Agenda para a Juventude, Paz e Segurança, bem como com a intensificação dos esforços conjuntos ONU-UE no que diz respeito à agenda para as mulheres, a paz e a segurança e à igualdade de género. Nas conclusões salienta-se que a parceria com a ONU ajuda a UE a desempenhar o seu papel de garante da segurança e interveniente global a favor da paz e da segurança em apoio de um multilateralismo eficaz. A UE proporciona apoio político às Nações Unidas, bem como conhecimentos especializados, apoio financeiro e influência política para que esta execute os seus mandatos. A cooperação estreita contribui para que as missões e operações da UE e das Nações Unidas atuem de forma mais eficaz para assegurar que produzem impacto no terreno, tem um efeito multiplicador e permite à UE realizar a sua abordagem integrada.



Regiões

Nenhuma região excluída: Comité das Regiões e Comissão Europeia unem forças para ajudar as regiões a beneficiarem plenamente de 500 mil milhões de euros de investimentos na coesão

O Comité das Regiões Europeu e a Comissão Europeia intensificarão a sua cooperação para garantir que as regiões da União possam beneficiar plenamente de níveis sem precedentes de investimento da UE à medida que recuperam da pandemia. O objetivo é apoiar os órgãos de poder local e regional na utilização eficaz dos 500 mil milhões de euros disponíveis nos fundos estruturais da UE, no cofinanciamento nacional e assegurar a sua coerência e complementaridade com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. O [Plano de Ação Conjunto](#) foi assinado pelo Presidente do Comité das Regiões Europeu (CdR), Apostolos Tzitzikostas, pela Comissária para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, e pela Presidente da Comissão do CdR para a Política de Coesão Territorial e Orçamento da UE (COTER), Nathalie Sarrabezolles. O Plano de Ação Conjunto abrange cinco áreas prioritárias de colaboração entre o CdR e a Comissão Europeia (DG REGIO) e define objetivos estratégicos para o atual período orçamental, que vai até 2027. As cinco prioridades são: apoiar os órgãos de poder local e regional na gestão dos fundos da UE; promover sinergias e evitar sobreposições entre fundos estruturais e outras fontes de financiamento, como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência; promover a ideia de coesão como valor global e fundamental da União Europeia; reforçar a cooperação transfronteiriça; e comunicar o valor acrescentado da coesão no terreno.



Saúde

União Europeia da Saúde: reforço do papel da Agência Europeia de Medicamentos

No âmbito dos trabalhos em curso para [construir](#) uma União Europeia da Saúde forte, o Conselho adotou o regulamento que revê o mandato da Agência Europeia de Medicamentos (EMA), dando um passo importante para reforçar o papel da EMA na preparação para situações de crise e na gestão destas situações no que diz respeito aos medicamentos e dispositivos médicos. As novas regras permitirão à Agência monitorizar atentamente e atenuar a escassez de medicamentos e dispositivos médicos durante eventos graves e emergências de saúde pública e facilitar uma aprovação mais rápida de medicamentos que possam

tratar ou prevenir doenças que causem crises de saúde pública. A adoção de um mandato reforçado da EMA faz parte do pacote «União Europeia da Saúde» proposto pela Comissão em novembro de 2020. Graças ao seu mandato reforçado, a Agência pode facilitar uma resposta coordenada ao nível da UE em caso de crises sanitárias mediante: A monitorização e atenuação do risco de escassez de medicamentos e dispositivos médicos essenciais; a prestação de aconselhamento científico sobre medicamentos com potencial para tratar, prevenir ou diagnosticar as doenças que causam essas crises; a coordenação de estudos para monitorizar a eficácia e a segurança dos medicamentos destinados a tratar, prevenir ou diagnosticar doenças relacionadas com a crise de saúde pública; a coordenação de ensaios clínicos de medicamentos destinados a tratar, prevenir ou diagnosticar doenças relacionadas com a crise de saúde pública; a transferência para a Agência dos painéis de peritos do Regulamento Dispositivos Médicos. A legislação também cria formalmente o Grupo Diretor sobre Escassez de Medicamentos e de Dispositivos Médicos e o Grupo de Trabalho Emergências, que se ocupam das tarefas acima referidas.



Tecnologia

Conselho adota posição sobre um carregador comum para dispositivos eletrónicos

A UE está a [trabalhar](#) num projeto legislativo em que propõe uma porta normalizada comum para todos os telemóveis inteligentes, tablets, câmaras digitais, auscultadores, altifalantes portáteis e consolas de videojogos. Os Estados-Membros chegaram a acordo sobre o mandato de negociação para a proposta relativa ao carregador comum. A proposta visa pôr fim à necessidade de comprar um novo carregador de cada vez que é comprado um novo telemóvel ou dispositivo afim e garantir que todos os dispositivos possam ser recarregados com o mesmo carregador. A proposta simplificará a vida dos consumidores graças à harmonização das interfaces de carregamento e das tecnologias de carregamento rápido. Com esta nova lei, a venda de carregadores será dissociada da venda de dispositivos eletrónicos, por forma a que um novo dispositivo comprado não inclua necessariamente um novo carregador. Esta medida reduzirá os resíduos eletrónicos associados ao fabrico, ao transporte e à eliminação de carregadores. A fim de melhorar a informação dos consumidores, o Conselho acrescentou à proposta um anexo que contém um pictograma que indica se o aparelho é vendido em conjunto com um dispositivo de carregamento, bem como um rótulo que apresenta as especificações de carregamento.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2022](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios tem a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!